



Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas

Monte Pascoal Holding S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente





Monte Pascoal Holding S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.	9



Shape the future
with confidence

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
Monte Pascoal Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Monte Pascoal Holding S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Shape the future
with confidence

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção



Shape the future
with confidence

em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F


Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - RJ093771/O

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	550	2.564	1.693	15.071
Contas a receber de clientes	5	-	-	7.357	9.288
Tributos a recuperar		352	285	1.111	999
Outros ativos circulantes		-	42	1.540	1.418
Total do Ativo Circulante		902	2.891	11.701	26.776
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	4.125	14.386
Depósitos judiciais e cauções		-	-	1.994	838
Impostos Diferidos		-	-	15	505
Investimentos	8	279.267	284.054	-	-
Imobilizado	9	-	-	287.257	288.837
Intangíveis		-	-	58	80
Direito de uso	7	-	-	6.834	7.490
Total do Ativo Não Circulante		279.267	284.054	300.283	312.136
Total do Ativo		280.169	286.945	311.984	338.912
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		18	-	2.279	1.542
Contas a pagar	10	-	-	221	7.494
Empréstimos	11	-	-	12.334	14.367
Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)	11	21.741	10.221	21.741	10.221
Dividendos a pagar	12	1.500	-	1.500	-
Passivo de arrendamento	7	-	-	496	393
Outros passivos circulantes		-	1	473	518
Total Passivo Circulante		23.259	10.222	39.044	34.535
Não Circulante					
Fornecedores		-	-	2.566	2.566
Empréstimos	11	-	-	5.563	16.690
Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)	11	122.968	143.260	122.968	143.260
Passivo de arrendamento	7	-	-	7.901	8.398
Total Passivo Não Circulante		122.968	143.260	138.998	170.914
Patrimônio Líquido					
Capital social	15	124.468	124.468	124.468	124.468
Reserva de lucros	15	9.474	8.995	9.474	8.995
Total Patrimônio Líquido		133.942	133.463	133.942	133.463
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		280.169	286.945	311.984	338.912

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados dos exercícios
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita Líquida	16	-	-	70.721	70.433
Custos dos bens construídos e serviços prestados	17	-	-	(17.418)	(16.519)
Resultado operacional bruto		-	-	53.303	53.914
Despesas e receitas operacionais					
Outras despesas e receitas operacionais		(197)	(375)	(250)	(1.100)
Amortização do ágio	8	(3.280)	167	(3.280)	167
Participação de equivalência patrimonial	8	50.193	49.916	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		46.716	49.708	49.773	52.981
Despesas financeiras	18	(17.472)	(21.331)	(20.277)	(25.073)
Receitas financeiras	18	235	820	3.251	4.905
Resultado financeiro líquido		(17.237)	(20.511)	(17.026)	(20.168)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		29.479	29.197	32.747	32.813
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	-	-	(3.044)	(3.465)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	-	-	(224)	(151)
Resultado líquido do exercício		29.479	29.197	29.479	29.197
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores				29.479	29.197
Acionistas não controladores				-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	29.479	29.197	29.479	29.197
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Lucros líquido do exercício	29.479	29.197	29.479	29.197

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de lucros		Lucros/Prejuízo do Exercício	Total
		Reserva de lucros	Reserva legal		
Saldo em 01 janeiro 2023	124.468	657	140	-	125.265
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	-	-	-	29.197	29.197
Constituição de reserva legal	-	-	2.523	(2.523)	-
Constituição de reserva de lucro	-	6.332	-	(6.332)	-
Distribuição de reserva de lucros	-	(657)	-	-	(657)
Dividendos propostos	-	-	-	(20.342)	(20.342)
Saldos em 31 dezembro 2023	124.468	6.332	2.663	-	133.463
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	15	-	-	29.479	29.479
Constituição de reserva legal	15	-	2.345	(2.345)	-
Constituição de reserva de lucro	15	4.466	-	(4.466)	-
Distribuição de reserva de lucros	15	(6.332)	-	-	(6.332)
Dividendos mínimos propostos	15	-	-	(6.783)	(6.783)
Dividendos adicionais aprovados (i)	15	-	-	(15.885)	(15.885)
Saldos em 31 dezembro 2024	124.468	4.466	5.008	-	133.942

(i) Dividendos adicionais que já foram pagos durante o exercício deliberados da Assembleia Geral via dividendos intercalares.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	29.479	29.197	32.747	32.813
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>				
Depreciação - imobilizado	-	-	5.483	5.496
Depreciação - arrendamento	-	-	656	657
Amortização - intangível	-	-	21	24
Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos	-	-	1.752	2.766
Juros - arrendamento	-	-	1.003	127
Juros sobre APR	17.428	21.262	17.428	21.262
Baixa de Imobilizado	-	-	(2)	-
PIS e COFINS diferido	-	-	(224)	179
Amortização da mais valia/ágio	3.282	(167)	3.280	(167)
Equivalência Patrimonial	(50.193)	(49.916)	-	-
Rendimento sobre aplicação financeira	-	(5)	(1.295)	(1.704)
Lucro ajustado	(4)	371	60.849	61.453
Variações dos Ativos e Passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	1.931	(1.011)
Depósitos judiciais	-	-	(1.156)	(30)
Adiantamentos	-	(42)	(165)	(100)
Tributos a recuperar	(67)	(180)	(769)	(2.453)
Ativo fiscal diferido	-	-	490	-
Outros ativos	40	-	43	-
Contas a pagar	-	-	(7.273)	(4.918)
Fornecedores e outras contas a pagar	18	(6)	745	(214)
Impostos corrente a pagar	-	(4)	-	(4)
Outros passivos	(1)	-	(28)	108
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(14)	139	54.667	52.831
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.406)	(2.287)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(14)	139	52.261	50.544
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	-	-	(7.186)	(7.286)
Dividendos recebidos	51.700	29.842	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	5	11.556	1.133
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	51.700	29.847	4.370	(6.153)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos	(27.500)	(21.000)	(27.500)	(21.000)
Pagamento de empréstimos	-	-	(12.055)	(10.199)
Juros pagos de empréstimos	-	-	(2.857)	(3.270)
Obrigações por arrendamentos	-	-	(1.397)	(1.397)
Recebimento de empréstimos - partes relacionadas	-	(82)	-	(82)
Juros pagos APR	(17.460)	(19.781)	(17.460)	(19.781)
Pagamento da remuneração das APR	(8.740)	-	(8.740)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(53.700)	(40.863)	(70.009)	(55.729)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(2.014)	(10.877)	(13.378)	(11.338)
Variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	2.564	3.327	15.071	26.627
Caixa na aquisição de investimento	-	10.114	-	(218)
No final do exercício	550	2.564	1.693	15.071
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(2.014)	(10.877)	(13.378)	(11.338)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Monte Pascoal Holding S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de novembro de 2021, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior (“holding”).

A Monte Pascoal Holding S.A foi constituída em novembro de 2021 com capital social inicial de R\$150,00. Em 07 de janeiro de 2022, a companhia emitiu notas promissórias no valor total de R\$164.000 custeadas junto à Itaú Corretora de Valores S.A que foram destinadas integralmente para o pagamento de parte do preço de aquisição de 100% das ações de emissão da Enerbrás Centrais Elétricas.

Em 26 de Janeiro de 2023, a companhia Enerbrás Centrais Elétricas S/A foi incorporada pela companhia Monte Pascoal Holding S/A que por sua vez é uma controlada integral da V2I Energia S.A

A Companhia em 2024 apresenta capital circulante negativo por consequência das estratégias de financiamento adotadas pela empresa e das condições de mercado. Reconhece a importância de manter uma estrutura de capital saudável e está implementado medidas para gerar caixa e melhorar o CCL, como otimização de Eficiência Operacional e Gestão de Capital de Giro. Contudo, a Administração está confiante de que, com a implementação dessas medidas, será capaz de gerar caixa suficiente para melhorar o CCL e manter uma estrutura de capital saudável a longo prazo.

1.1. Informações sobre a controlada

Energética Serra da Prata S/A

A Energética Serra da Prata S.A. (“Espra” ou “Companhia”), com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma Sociedade de Propósito Específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidrelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas): Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW; Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW; e Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas no ano de 2008, nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu, localizadas no Sul da Bahia, com 41,8MW de capacidade instalada.

A energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra vende toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. O período de autorização da concessão da Espra é de 30 anos, prorrogáveis pelo mesmo período.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 21 de março de 2024.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes,

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3 Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

3 Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

3 Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio--Continuação

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2024, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3 Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - A mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

3 Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.4. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor.

3 Principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.6. Provisão de custos ambientais

A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis provisão para custos socioambientais baseado em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com as exigências regulatórias e ambientais de projetos incorridos. A análise quanto aos valores envolvidos nesta estimativa foi realizada pela equipe interna de especialistas ambientais da Companhia baseado em fontes de informações internas e externas as quais envolvem julgamentos. Os detalhes dessa provisão estão descritos na nota explicativa 11.

3.7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

3.8. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto de 25% ou, se este for omissivo, a importância será determinada de acordo com as seguintes normas:

3 Principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Dividendos--Continuação

- i) Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:
- (a) Importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
 - (b) Importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

3.9. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.10. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.11. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.12. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3 Principais práticas contábeis--Continuação

3.13. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

3.14. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.15. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro real. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3 Principais práticas contábeis--Continuação

3.16. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

3.17. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2024

3.17.1 Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes.

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis, sendo as principais:

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa	IAS 7	01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros	IFRS 7	01.01.2024

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3 Principais práticas contábeis--Continuação

3.17 Pronunciamento novos ou aplicados pela primeira vez em 2024 -- Continuação

3.17.2 Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial		01.01.2025
CPC 18 (R3) – Investimento	IAS 28	01.01.2025
CPC 02 (R2) – Efeitos das alterações nas taxas de câmbio	IAS 21	01.01.2025
CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	IFRS 1	01.01.2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas	IFRS 19	01.01.2027
CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis	IFRS 18	01.01.2027

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

A composição de caixa e equivalente de caixa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	-	-	5	5
Banco	7	11	657	1.221
Aplicação financeira (i)	543	2.553	1.031	13.845
Total	550	2.564	1.693	15.071

- (i) Controladora: Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Itaú CORP Plus RF Referenciado DI – FIC) que teve no ano de 2024, remuneração referenciado ao CDI de 104,97% (2023 94,59%). A carteira de fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, debêntures e letras financeiras.

Consolidada: Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos e certificados de depósitos bancários, ambos com alta liquidez e indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podendo ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação em 31 de dezembro de 2024 é de aproximadamente 104,97% do CDI e no ano de 2023 foi de aproximadamente 95,87% do CDI

5. Contas a receber de clientes

A composição de contas a receber de clientes é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Suprimentos de energia (i)	-	-	7.357	9.288
Total	-	-	7.357	9.288

- (i) Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia eólica firmado com a ENBPar, com o recebimento mensalente.

Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Além disso, não há expectativa de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de uma provisão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

6. Títulos valores mobiliários

A composição de depósitos judiciais e cauções é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicação financeira - conta BNB (i)	-	-	4.125	14.386
Total	-	-	4.125	14.386

- (i) Os saldos apresentados referem-se à aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de aproximadamente 98,00% de CDI em 2024 e aproximadamente 99,21% em 2023, vinculada ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores. Em março de 2023, foi assinado o Segundo Aditivo de Retificação e Ratificação ao Contrato de Financiamento, que reduziu o valor mínimo exigido na conta reserva. Diante disso, a administração optou por resgatar o excedente, visando otimizar a gestão de caixa.

7. Arrendamento e Direito de uso

Composição e movimentação dos saldos

a) Consolidado

	31/12/2023	Depreciação		31/12/2024
Direito de uso (i)	7.490	(656)		6.834
	31/12/2023	Juros	Pagamento	31/12/2024
Obrigações por arrendamento (ii)	8.791	1.003	(1.397)	8.397
Total	8.791	1.003	(1.397)	8.397
Total circulante	393			496
Total não circulante	8.398			7.901

- (i) Referem-se há 14 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2).
- (ii) Para a determinação do valor justo de arrendamento foi aplicada uma taxa de desconto calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variaram entre 8,08% a.a. e 13,14% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou autorização, o que for menor, conforme o caso.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

7. Arrendamento e Direito de uso--Continuação

Composição e movimentação dos saldos--Continuação

a) Consolidado--Continuação

Os arrendamentos, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	31/12/2024
2026	493
2027	553
2028	622
2029	683
2030	5.550
	7.901

8. Investimentos

A composição e movimentação do investimento é como segue:

Composição do Investimento

a) Controladora

Movimentação do Investimento

Movimentação	ESPRA	Mais valia	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	124.995	159.059	284.054
Equivalência patrimonial	50.193	-	50.193
Dividendos propostos	(51.700)	-	(51.700)
Amortização mais valia	-	(3.280)	(3.280)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	123.488	155.779	279.267

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

Composição e movimentação dos saldos

a) Consolidada

R\$ Mil	Tx anuais médias de dep. e amort. (i)	Valor Bruto				Depreciação acumulada				Valor líquido		
		31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	31/12/2024	31/12/2023	Depreciação	Baixas	31/12/2024	Adições Líquidas (A) + (B)	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado em Serviço - Geração												
Terrenos		594	-	-	594	-	-	-	-	-	594	594
Reservatórios, barragens e adutoras	2,42%	95.797	-	-	95.797	(34.581)	(2.233)	-	(36.814)	-	58.983	61.216
Veículos	14,28%	16	-	-	16	(16)	-	-	(16)	-	-	-
Equipamentos de informática	13,79%	327	-	(7)	320	(272)	(9)	2	(279)	(7)	41	55
Máquinas e equipamentos	4,15%	65.095	9	-	65.104	(31.215)	(1.975)	-	(33.190)	9	31.914	33.880
Móveis e utensílios	9,94%	142	-	-	142	(139)	(2)	-	(141)	-	1	3
Edificações, obras e benfeitorias	3,36%	46.336	-	-	46.336	(19.480)	(1.262)	-	(20.742)	-	25.594	26.856
Subtotal		208.307	9	(7)	208.309	(85.703)	(5.481)	2	(91.182)	2	117.127	122.604
Imobilizado em Curso - Geração												
Obras em andamento		7.169	7.018	-	14.187	-	-	-	-	7.018	14.187	7.169
Adiantamento a fornecedores		5	159	-	164	-	-	-	-	159	164	5
Subtotal		7.174	7.177	-	14.351	-	-	-	-	7.177	14.351	7.174
Mais valia (ii)		164.371	-	-	164.371	(5.312)	(3.280)	-	(8.592)	-	155.779	159.059
Total do Ativo Imobilizado		379.852	7.186	(7)	387.031	(91.015)	(8.761)	2	(99.774)	7.179	287.257	288.837

(i) As taxas de depreciação são calculadas de acordo com a vida útil dos bens, para o cálculo é utilizado o prazo da concessão ou Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MSPSE), dos dois o menor. Para os exercícios de 2024 e 2023 a Companhia considerou a vida útil conforme o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE Resolução 674/2015.

(ii) Refere-se a valores de Mais Valia no ato da aquisição da companhia Enerbras Centrais Elétricas S.A conforme teste deconcentração do PPA vide nota 8.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

Composição e movimentação dos saldos--Continuação

a) Consolidada--Continuação

As imobilizações estão representadas por ativos de geração de energia elétrica das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2.

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A administração da controlada analisa periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. O ativo imobilizado da controlada, após análise interna da administração, não apresentou indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o seu fluxo de caixa futuro. Dessa forma, a administração da Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável desses grupos de ativos nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.

10. Contas a pagar

Os valores são demonstrados como segue:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
ENBPar (i)	221	7.494
Total	221	7.494

- (i) O contrato de Compra e Venda de energia, celebrado entre a Companhia e Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da ENBPar. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente. Em 2024 houve expressiva melhora operacional na geração de energia, reduzindo drasticamente o saldo a pagar.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos e Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)

a) Controladora

<u>Operação</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Periodicidade amortização</u>	<u>(Taxa efetiva de juros)</u>
APR Itaú (i)	144.709	153.481	16/04/2029	Mensal	CDI+1%
Total	144.709	153.481			

A movimentação das ações preferenciais resgatáveis está demonstrada a seguir:

<u>Empresa / Operação</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Despesa de Juros</u>	<u>Resgate</u>	<u>Pagamentos de Juros</u>	<u>31/12/2024</u>
APR Itaú (i)	153.481	17.428	(8.741)	(17.459)	144.709
	153.481				144.709
Total circulante	10.221				21.741
Total não circulante	143.260				122.968

- (i) Em dezembro de 2022 foi aprovado por meio de Assembleia Geral, a emissão de ações preferenciais resgatáveis, sem direito a voto, no montante de R\$152.000. O prazo de resgate é 16/04/2029. Para efeitos contábeis, essa transação foi considerada um instrumento financeiro, sendo registrada no passivo. Em 25 de outubro de 2025 foi realizada AGE onde houve o resgate e cancelamento de ações preferenciais resgatáveis, classe nº1, todas escriturais e sem valor nominal, mediante o pagamento de R\$ 8.740.000,00, de acordo com termos e condições constantes no Acordo de Acionistas.

As ações preferenciais resgatáveis (APRs), classificadas no passivo não circulante, tem seu vencimento assim programado:

	<u>Controladora</u>
2026	28.804
2027	38.988
2028	38.456
2029	16.720
	122.968

b) Consolidada

<u>Operação</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Periodicidade amortização</u>	<u>(taxa efetiva de juros)</u>
Financiamento BNB (i)	16.690	28.744	30/06/2026	Mensal	8,08%a.a
Juros	1.207	2.313			
Total	17.897	31.057			

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos e Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)--Continuação

b) Consolidada--Continuação

A movimentação dos empréstimos e das ações preferenciais resgatáveis está demonstrada a seguir:

Operação	31/12/2023	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2024
Financiamento BNB (i)	31.057	1.752	(12.055)	(2.857)	17.897
Total	31.057	1.752	(12.055)	(2.857)	17.897
Total circulante	14.367				12.334
Total não circulante (ii)	16.690				5.563

- (i) Em 2006, a Companhia captou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A, o financiamento possui taxa de juros de 8,08% a.a. (podendo ser reduzido a 9,05% devido 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho 2026.
- (ii) De acordo com a curva de amortização do principal do Empréstimos, todo o saldo registrado no passivo não circulante será pago em 2026.

O contrato de financiamento de longo prazo da Companhia requer a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A exigência de cumprimento dos referidos índices é anual sobre as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2024, os referidos índices foram cumpridos.

12. Partes relacionadas

12.1 Dividendos a receber

Segue abaixo a movimentação dos dividendos a receber:

	31/12/2023	Dividendos mínimo obrigatório	Dividendos adicionais	Distribuição de reserva de lucros	Dividendos recebidos		31/12/2024
					Via dividendos intercalares	Via distribuição da reserva de lucros	
Energica Serra da Prata S.A.	-	11.921	15.357	24.422	(27.278)	(24.422)	-
Total	-	11.921	15.357	24.422	(27.278)	(24.422)	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

12. Partes Relacionadas--Continuação

12.2 Dividendos a pagar

Segue abaixo a movimentação dos dividendos a :

	31/12/2023	Dividendos mínimo obrigatório	Dividendos adicionais	Distribuição de reserva de lucros	Dividendos pagos		31/12/2024
					Via dividendos intercalares	Via distribuição da reserva de lucros	
V2I Energia S.A.	-	6.783	15.885	6.332	(21.168)	(6.332)	1.500
Total	-	6.783	15.885	6.332	(21.168)	(6.332)	1.500

13. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional	73.578	73.101
Base presunção IRPJ 8%	5.886	5.848
Base presunção CSLL 12%	8.829	8.772
Outras receitas	-	-
Receitas financeiras	3.016	4.085
Base de IRPJ	8.902	9.933
Despesa de IRPJ	(2.202)	(2.459)
Base de CSLL	11.845	12.857
Despesa de CSLL	(1.066)	(1.157)
Despesa de IRPJ e CSLL	(3.268)	(3.616)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(224)	(151)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.044)	(3.465)

14. Provisão contingente

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível.

Em 31 de dezembro de 2024 a companhia possui 2 processos cíveis com prognóstico possível no valor total de R\$ 3.737.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido

a) Controladora

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$124.468, com a consequente emissão 124.468 de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente subscrita e integralizada na data pela acionista V2I Energia S.A.

	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ reais	% do capital social
V2I Energia S.A.	124.468.000	124.468	100%	124.468.000	124.468	100%
	124.468.000	124.468	100%	124.468.000	124.468	100%

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	29.479	29.197
Remuneração APRs	17.428	21.262
Base da reserva legal	46.907	50.459
Reserva legal (5%)	2.345	2.523
Saldo inicial	2.663	140
Calculado no ano	2.345	2.523
Total	5.008	2.663

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido --Continuação

a) Controladora--Continuação

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25%, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	29.479	29.197
Reserva legal (5%)	(2.345)	(2.523)
Base para dividendos	27.134	26.674
Alíquota	25%	25%
Dividendos mínimos propostos	6.783	6.669
Dividendos adicionais	15.885	13.673
Total de dividendos propostos	22.668	20.342

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	29.479	29.197
Reserva legal (5%)	(2.345)	(2.523)
Dividendos mínimos propostos	(6.783)	(6.669)
Reserva de lucros	20.351	20.005
Saldo inicial	6.332	657
Distribuição de reserva de lucros para pagamento de dividendos	(6.332)	(657)
Calculado no ano	4.466	6.332
Total	4.466	6.332

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido --Continuação

a) Controladora--Continuação

Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro do exercício	29.479	29.197
Lucro por ação	0,2368	0,2346

16. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de geração	73.578	73.101
(-) Tributos sobre a receita	(2.686)	(2.668)
(-) Encargos do consumidor	(171)	-
Total	70.721	70.433

17. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Custo com depreciação e amortização (i)	(6.152)	(6.170)
Custo com pessoal	(2.845)	(1.678)
Custo com matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica (ii)	(2.716)	(2.593)
Custo com serviços de terceiros	(2.597)	(4.669)
Custo com tributos	(630)	(328)
Custo com materiais	(406)	-
Custo com aluguéis	(362)	-
Demais custos	(954)	(326)
Custo com seguros	(756)	(755)
Total	(17.418)	(16.519)

(i) O valor de depreciação de arrendamento é R\$656 em 31/12/2024 e R\$657 em 31/12/2023 e o valor de depreciação de imobilizado é R\$5.483 em 31/12/2024 e R\$ 5.496 em 31/12/2023. O valor da amortização é de R\$21 em 31/12/2024 e R\$24 em 31/12/2023.

(ii) No exercício de 2024, foi reconhecido no resultado o montante de R\$2.716 (R\$2.593 em 2023), referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado contabilizado como custo de operação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

18. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Juros de empréstimos (i)	(17.428)	(21.262)	(19.179)	(24.028)
Juros de arrendamento (i)	-	-	(1.003)	(846)
Outras despesas financeiras	(44)	(69)	(95)	(199)
Despesas Financeiras	(17.472)	(21.331)	(20.277)	(25.073)
Receita com aplicações financeiras	246	855	2.883	4.940
Outras receitas financeiras	(11)	(35)	368	(35)
Receitas Financeiras	235	820	3.251	4.905
Resultado financeiro líquido	(17.237)	(20.511)	(17.026)	(20.168)

(i) O valor de juros de empréstimos e arrendamentos no ano sobre a controladora foi R\$17.428 (R\$ 21.262 em 2023) e no consolidado foi R\$19.180 e R\$1.003 (R\$24.028 e R\$127 em 2023) respectivamente.

19. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado	Nível	Controladora		Consolidada	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	2	550	2.564	1.693	15.071
Títulos valores mobiliários	2	-	-	4.125	14.386
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes	2	-	-	7.357	9.288
Passivo mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos	2	-	-	17.897	31.057
Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)	2	144.709	153.481	144.709	153.481
Fornecedores	2	18	-	4.348	4.108
Passivo de arrendamento	2	-	-	8.397	8.791

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

19.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

19. Instrumentos financeiros--Continuação

19.1. Fatores de risco financeiro—Continuação

b) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e sua controlada a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar) via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia e sua Controlada a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 5.

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

19.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

20. Seguros

a) Controlada Espra

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2024, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas	Apólice	Vigência
Riscos Operacionais (i)	233.550	046692024100101180002709	24/11/2024 a 24/11/2025
Responsabilidade Civil (ii)	30.000	16.51.0045087.28	25/11/2024 a 25/11/2025

- (i) Seguro de risco operacional, com apólice emitida pela Fairfax Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$ 233.550 e um prêmio anual no valor de R\$690.579
- (ii) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice emitida pela Chubb Seguros, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$60 milhões e um prêmio anual no valor de R\$39.529.

21. Evento subsequente

A Companhia não reconhece nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

* * *

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora

Vagner Alexandre Serratto
Diretor

Responsável técnico pelas demonstrações contábeis

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9